

**FRONTEIRAS NA CIDADE: DAS MARGENS NA MARGEM ÀS MARGENS
NO CENTRO***

*BORDERS IN THE CITY: FROM THE MARGINS IN THE MARGIN TO THE
MARGINS IN THE CENTER*

*FRONTERAS EN LA CIUDAD: DE LOS MARGENES EN EL MARGEN A LOS
MARGENES EN EL CENTRO*

Igor Ronyel Paredes Gomes

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bonito-MS

igor.ronyel@gmail.com

Resumo: O presente ensaio visa a tecer algumas considerações sobre fronteira. Para além de sua dimensão geográfica, geralmente associada, no nível do senso comum, à noção de limite entre dois Estados-Nação, a fronteira carrega uma dimensão social, simbólica/imaterial que são projetadas no espaço geográfico, se desdobrando em inúmeras relações socioespaciais. Longe de darmos conta da complexidade/multiplicidade dessas inúmeras relações que produzem e se dão no espaço, propomos um ensaio dialógico, valendo-nos de duas situações/realidades socioespaciais – a conurbação Ponta Porã/MS (BR) X Pedro Juan Caballero (PY) e a cidade de Dourados/MS. A partir dessas porções do espaço trazemos alguns exemplos/situações onde são estabelecidas fronteiras às vezes materiais, outras imateriais, algumas geográficas outras simbólicas, de modo a contribuir para o entendimento dessas relações socioespaciais e também à compreensão da polissemia desse termo/noção/conceito – fronteira.

Palavras-chave: fronteira; limite; cidade; espaço; relações socioespaciais.

Abstract: This essay aims to make some considerations about frontier. In addition to its geographical dimension, generally associated at the common sense level with the notion of boundary between two Nation-States, the frontier carries a social,

* Esse ensaio é resultado da produção de um artigo apresentado à disciplina Tópicos Especiais de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados no ano de 2014.

symbolic/immaterial dimension that is projected in the geographical space, unfolding in numerous socio-spatial relations. Far from realizing the complexity/multiplicity of these innumerable relations that produce and occur in space, we propose a dialogical essay, using two socio-spatial situations/realities – the conurbation Ponta Porã/MS (BR) X Pedro Juan Caballero (PY) and the city of Dourados/MS. From these portions of space we bring some examples/situations where boundaries are sometimes material, others immaterial, some geographical symbolic, in order to contribute to the understanding of these socio-spatial relations and also to the understanding of the polysemy of this term/notion/concept – border.

Keywords: frontier; limit; city; space; socio-spatial relationships.

Resumen: El presente ensayo tiene por objeto hacer algunas consideraciones sobre frontera. Además de su dimensión geográfica, generalmente asociada, a nivel del sentido común, a la noción de límite entre dos Estados-nación, la frontera lleva una dimensión social, simbólica/inmaterial que se proyecta en el espacio geográfico, desdoblándose en innumerables relaciones socioespaciales. Lejos de darse cuenta de la complejidad/multiplicidad de estas numerosas relaciones que producen y tienen lugar en el espacio, se propone una prueba dialógica, dibujo las dos situaciones/realidades socio-espaciales – la aglomeración de Ponta Porã/MS (BR) X Pedro Juan Caballero (PY) y la ciudad de Dourados/MS. A partir de esas porciones del espacio traemos algunos ejemplos/situaciones donde se establecen fronteras a veces materiales, otras inmateriales, algunas geográficas otras simbólicas, para contribuir al entendimiento de esas relaciones socioculturales y también a la comprensión de la polisemia de ese término/noción/concepto – frontera.

Palabras clave: frontera; límite; ciudad; espacio; relaciones socio-espaciales.

É no fim que está propriamente o começo.

(José de Souza Martins)

Espaço-temporal, a fronteira é também bio-social: ela delimita um “para cá” e

outro “para lá”, um “antes” e um “depois”...

(Claude Raffestin)

INTRODUÇÃO

A noção, definição e/ou conceito de fronteira é comumente associado ao limite entre dois territórios, geralmente entre Estados-Nação, mas, como cita Raffestin (2005), é também biossocial, se desdobrando, desse modo, em múltiplos campos analíticos, ganhando conotações de limites, separações, complementaridades, relações, dialogismos, imbricações... A multiplicidade/complexidade que é o espaço geográfico abre a noção, rompendo o sentido tradicional de fronteira, numa gama variável de conotações. Desse modo, temos inúmeras relações de fronteira, pois inúmeras são as relações que produzem e se dão no espaço, no nosso caso, no espaço urbano.

Martins traz importante contribuição para pensarmos para além do sentido tradicional do termo:

[...] a fronteira de modo algum se reduz e se resume à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da História e da historicidade do homem. E, sobretudo, fronteira do humano. (1997, p. 13)

As “fronteiras de muitas e diferentes coisas” a que o autor faz menção estabelecem-se pelo contato e, emprestando suas palavras, muito mais que marcar o fim, contêm e apresentam o começo de uma nova relação, onde o “outro” se faz presente. Mais que a ideia de separação, a fronteira nos leva a pensar em uma relação, pois se faz no contato, resultando, geralmente, em conflitos. (MARTINS, 1997)

Mondardo traz, também, considerações pertinentes ao que nos propomos discutir:

Na etimologia da palavra, fronteira refere-se aquilo que está na frente. Originária do latim *in front*, significa as margens ou os

limites. Esta pode ser a “fronteira entre dois países”, o “limite entre dois corpos”, o “limite da área de produção agrícola”, “o limite que divide uma favela de um bairro classe alta” ou “aquele que separa a periferia do centro”, “o limite entre duas facções criminosas que disputam uma área”, dentre outros significados que assume. (2013, p. 3)

Embarcar nesse leque de significações da noção de fronteira e tentar apreender algumas de suas aplicações no âmbito da cidade é nossa tarefa neste ensaio. Voltando-nos a esta subunidade do espaço geográfico, o espaço urbano (sendo a cidade sua dimensão prático-sensível), geralmente, quando lançamos reflexões sobre o mesmo, o concebemos como um produto das relações do homem a partir da natureza durante uma série de gerações, produto que também é condição e meio para reprodução das relações de trabalho (*latu sensu*) no espaço. (CARLOS, 2007)

Destarte, objetiva-se analisar o espaço urbano na perspectiva da tríade produto-condição-meio, especificamente nos detendo no processo de elaboração/estabelecimento/projeção de fronteiras na cidade. Assim, visualizaremos fronteiras na dimensão da *produção* do espaço urbano, que se dá na égide capitalista, onde a terra urbana, como mercadoria, “valoriza-se” cerceando o uso de parcela considerável da população – estabelece-se uma fronteira entre bairros de alto padrão e a periferia, entre os condomínios fechados daqueles que preferem a autosegregação ao convívio com o restante da cidade, dentre outras fronteiras; assim como podemos visualizar as fronteiras que se estabelecem na cidade como *meio* (que também é *condição*), ou seja, onde se dão as relações sociais, no encontro dos diferentes há o estabelecimento de fronteiras simbólicas – estabelecem-se as fronteiras de religião, fronteiras de etnias (caso dos indígenas em Dourados¹), fronteiras de nacionalidade (brasileiros e paraguaios em Ponta Porã e Pedro Juan Caballero).

As possibilidades não esgotam aí. É o que nos propomos a apontar nas considerações que se seguem. Para tal, construímos nossas argumentações orbitando em torno de duas situações, ou melhor, num exercício dialógico, buscamos comparar duas “situações urbanas”, tendo como perspectiva a posição geográfica da cidade: uma

¹ Adjacente ao tecido urbano de Dourados-MS, há uma reserva indígena onde vivem indígenas das etnias Guarani, Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva e Terena.

localizada na divisa internacional entre dois Estados-Nação, tomamos como exemplo Ponta Porã (BR), na divisa sul-mato-grossense entre Brasil e Paraguai, cidade-gêmea com Pedro Juan Caballero (PY); outra localizada no Centro-Sul do estado de Mato Grosso do Sul, Dourados.

Longe de pretender dar conta da complexidade/multiplicidade espacial (ou espacial urbana, se preferir), delinearemos algumas situações/exemplos que podem ser apreendidas/percebidas no âmbito da cidade configurando-se como fronteiras. Neste caminho, mais do que precisão/certeza, apontamos aproximações (algumas, às vezes, com exageros) às relações que tentamos apreender dos/nos encontros/desencontros das “simultaneidades de estórias-até-então”².

A CIDADE NA FRONTEIRA E AS FRONTEIRAS NA CIDADE: PENSANDO EM PONTA PORÃ-MS

Elencamos a cidade de Ponta Porã localizada no Sul do estado de Mato Grosso do Sul na divisa com o Paraguai para tecermos algumas considerações, pois comumente (ou, na ótica do senso comum³) associamos a ideia de fronteira ao limite entre dois Estados-Nação. Apontaremos, deste modo, as relações espaciais que se dão neste espaço singular que é a zona de fronteira, pois

[...] o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, um espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialidade mais evoluída é a das cidades-gêmeas. (MACHADO *et al*, 2005, p. 95)

Sua singularidade, como apontam os autores, se verifica nas imbricações/interações/transitividades espaciais, em razão das territorialidades estabelecidas pelos agentes sociais que compõem as cidades-gêmeas, no nosso caso Ponta-Porã (BR) e Pedro Juan Caballero (PY). Essas formam uma “[...] conurbação vibrante, recheada de ações formais e complementaridades funcionais plurais. Local onde habitam 120 mil pessoas na região urbana e, mais de 150 mil, se contado o setor

² MASSEY, 2013.

³ Em aproximação a ALBUQUERQUE, 2010.

rural; estabelecem um nível de convivência com intensa complementaridade.” (OLIVEIRA, 2005, p. 404)

Acrescenta o autor, em outro ponto:

Vários são os trabalhadores brasileiros que trabalham e habitam no lado paraguaio da cidade como o avesso também acontece, mas, a atuação dos instrumentos jurídicos se posta com o mínimo de eficiência para construir os limites necessários. Os acordos de cooperação nascem e se fortificam em ações de controle do axial urbano, exemplos como: a cooperação para manutenção do Corpo de Bombeiros, a atuação conjunta da Polícia Militar até a ‘regulamentação’ de transbordo de carros de aluguel (táxis e outros) atravessando a linha que divide a cidade - são esforços conjuntos de cooperação observada pela atuação compartilhada das duas Câmaras de Vereadores. (p. 405)

As interações/complementariedades entre as duas cidades (formais e informais) nos inclinam a afirmar a “dissolução das fronteiras” e a “livre circulação” dos habitantes, serviços, mercadorias, de um lado a outro dos limites internacionais. De fato, a forma como concebemos/pensamos a fronteira liga-se, não raro, à ideia de limite, e “Talvez o significado mais decisivo de limite seja o que imediatamente conduz à ideia de cerceamento da liberdade. Dessa forma, o limite é apresentado como obstáculo ao trânsito livre e, por isso mesmo, remete à ideia de liberdade.” (HISSA, 2002, p. 19). Pensar fronteira nos leva a pensar em limites. Todavia, cabe uma distinção:

Fronteiras e limites, em princípio, fornecem imagens conceituais equivalentes. Entretanto, aproximações e distanciamentos podem ser percebidos entre fronteiras e limites. [...] A fronteira coloca-se à frente (*front*), como se ousasse representar o começo de tudo onde exatamente parece terminar; o limite, de outra parte, parece significar o fim do que estabelece coesão do território. [...] O limite estimula a ideia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração. (HISSA, 2002, p. 34)

Desse modo, a fronteira nos inclina a pensar na ideia de contato e interação, enquanto o limite de distância e separação. Entretanto, defende o autor, a distinção dos dois conceitos é muita vaga, os conceitos interpenetram-se. Avancemos tomando a fronteira como espaço de interações/relações (“negativas” ou “positivas”) e os limites como os marcos (materiais e imateriais) que diferenciam as interações. Convém ressaltar que em relações de fronteira os limites são primordiais para conferir uma significação identitária, que ao invés de desaparecerem, de acordo com o discurso de hibridismo-integração cultural, se fortalecem. (ALBUQUERQUE, 2010)

Voltando para a situação que nos propomos a discorrer (Ponta Porã e Pedro Juan Caballero) as cidades-gêmeas são espaços de interações e multiplicidades, mais do que de quebras e fraturas, apesar do limite internacional que define um “cá” – Brasil (aspecto territorial), brasileiro (aspecto identitário) – e um “lá” (Paraguai, paraguaio).

Esta seria a cidade *na* fronteira (Ponta Porã, cidade brasileira, de um lado, e Pedro Juan, cidade paraguaia de outro; brasileiros do lado de “cá” e paraguaios do lado de “lá”), ou seja, a urbe localizada *no* limite internacional com outro território, espaço de integrações e complementaridades, mas também (como veremos) quebras, fraturas, rasuras, limites, o que nos leva a pensar as fronteiras *na* cidade.

Um primeiro ponto a levantar, considerando essa perspectiva, seria: quais são as fronteiras (e seus limites) que se estabelecem em situação de fronteira internacional? Ou nas palavras de Goettert (2012): quais são as margens que se estabelecem na margem da grande margem?

Como já apontado, a cidade é fruto do processo de produção do espaço, que resulta em formas materiais perpassadas por relações sociais. As territorialidades estabelecidas no espaço urbano são diversas e indicam necessidades e/ou interesses de diferentes agentes sociais. Não raro, tais relações chocam-se com limites, afinal, como apontou Raffestin, “[...] em todas as fases de nossa existência, somos confrontados com a noção de limite: traçamos limites ou esbarramos em limites. Entrar em relação com os seres e as coisas é traçar limites ou se chocar com limites.” (1993, p.164). As relações socioespaciais, como afirma o autor, estabelecem e chocam-se em limites, porém, podemos (numa aproximação) ler limites como significações – materiais (marcos na divisa de Pedro Juan e Ponta Porã, por exemplo) ou simbólicas (brasileiros X

paraguaios; trabalhadores X preguiçosos⁴, por exemplo) – que se estabelecem nas relações espaciais, neste caso de fronteira.

Pensando em Ponta Porã, a primeira e mais notável (já apontada) situação de fronteira é o limite entre os Estados-Nação (Brasil X Paraguai), que define um “cá” e um “lá”, o “nós” como brasileiros e o “outro” como paraguaio, ou, como cita Albuquerque (2010) os limites da cidadania: de um lado somos cidadãos de uma nacionalidade, do outro somos estrangeiros. É um limite definido pelo fato geográfico para a significação identitária. Tal limite (perpassável) se estabelece para todos os agentes sociais dos dois lados da fronteira, ou seja, independente da classe social, campo, meio, cultura a que um indivíduo pertença, do lado de “cá” ele é brasileiro, do lado de “lá” é paraguaio. Até mesmos os indígenas (Guarani-Kaiowá), por exemplo, os “daqui” são tidos como “brasileiros” e os “de lá” são tidos como “paraguaios”, assim, pelo menos, os pensamos; mas, na verdade, o estabelecimento de Estados-Nação aos territórios tradicionais das comunidades indígenas impuseram rasuras e, conseqüentemente, uma pretensa nacionalidade aos Guarani-Kaiowá⁵.

Avancemos. Tentando responder às outras margens que se verificam na cidade de margem, Ponta Porã (indissociável de sua gêmea, Pedro Juan Caballero), pensemos nos agentes/sujeitos sociais que estabelecem suas territorialidades seja passando, parando, morando, trabalhando, etc, na cidade. Um agente relevante para visualizarmos outras fronteiras, são aqueles que vêm de “fora”, os denominados turistas de compras, que Goettert aponta:

Em Ponta Porã turistas de compras privam-se nos locais das grandes lojas (Shopping China, Studio Center etc.), “seguras” e “condicionadas”, desviando de todo espaço de um “Paraguai de pobres”; ali, a fronteira pode se mostrar como “paraíso” (das compras) e como “inferno” (onde reina a “falsificação”). (2013, p. 1)

⁴ Não raro, nossas concepções de limites são binárias/polarizantes. Ou somos uma coisa, ou somos outra; ou pertencemos a determinado grupo, ou pertencemos a outro. Exemplificando: ou somos trabalhadores (dentro da ética de protestante do Capitalismo) ou somos preguiçosos, pois não nos encaixamos na significação vigente.

⁵ Os movimentos dos Guarani-Kaiowá de um lado a outro da fronteira internacional, nega as significações eurocêntricas (Estado-Nação) que impuseram rasuras aos territórios já estabelecidos. Cf. MONDARDO, Marcos Leandro. *Da estratégia de contenção territorial à produção de mult/transterritorialidades de trânsito na fronteira entre Brasil e Paraguai*. Dourados, 2013.

Muitos dos agentes sociais que se deslocam para a fronteira geográfica (aqui como “paraíso das compras”) privam-se, como enfatiza o autor, estabelecendo suas territorialidades quase que exclusivamente nos comércios, localizados na avenida internacional (divisa entre as duas cidades, um típico exemplo de “fronteira” seca), e assim, ao privarem-se, estabelecem limites espaciais, ao qual procuram não ultrapassar. Nessa situação de fronteira, muitos turistas de compras “limitando” suas territorialidades aos comércios na “grande margem” ignoram os demais bairros das cidades e suas ‘gentes’. Desconhecem a vida que anima o espaço, as práticas culturais que ali se desenrolam.

A presença desse comércio, que se estende basicamente por duas longas vias junto à divisa entre os dois países, configura a existência de dois universos distintos, que não aqueles definidos pela fronteira, mas sim pela modernidade e tradição. Se nas ruas comerciais é possível encontrar equipamentos da mais avançada tecnologia, como computadores, máquinas digitais, entre outros, que remetem a um universo dominado pela linguagem técnica global, nas vias públicas mais afastadas da divisa, uma população simples e devota perpetua, ainda hoje, rituais que unem tradições de um catolicismo rústico mesclado com costumes guaranis que permaneceram vivos na cultura popular do Paraguai. (BANDUCCI JÚNIOR *et alli*, 2005, p. 514-515)

Aproximando-nos das ideias do autor, as “outras margens” que se estabelecem podem ser representadas de um lado, pela modernidade, de outro, pela tradição; acrescentemos: de um lado um território “de/para mercadoria”, de outro um território “de/para práticas socioculturais e afetivas”; de um lado, lembrando Goettert (2013), o “paraíso das compras”, do outro o “inferno da falsificação”; de um lado a “realização do ser” no consumo⁶, do outro a “realização cotidiana do ser” na precariedade de condições materiais.

Essas são algumas das fronteiras que podemos apontar, estabelecidas mediante as relações entre os que vêm “de fora” e os agentes sociais das cidades-

⁶ Carlos (2007) faz pertinente crítica ao espaço como/para mercadoria, onde se apresenta “O consumo de mercadorias como signo de felicidade e de bem estar [...]”. (p. 66)

gêmeas. Poderíamos, também, falar de fronteiras estabelecidas entre os agentes sociais das cidades, para além daquela já apontada no início deste item (dos territórios nacionais, da nacionalidade), dando a pensar alguns casos.

O menino paraguaio, por exemplo, que emprega parte do seu tempo em troca de uns trocados, que desloca-se diariamente para a divisa (o lócus do comércio) para cuidar carros estacionados⁷, se depara com quais fronteiras? Além da fronteira da nacionalidade, convive com a fronteira de sua condição social, que se estabelece no contato com pessoas (donos dos carros) de maior poder aquisitivo.

A presença do “outro” define “margens” também nos espaços de uso público coletivo em Ponta Porã: os de “lá” que usam serviços sociais de “cá”. Um exemplo é o aluno paraguaio que estuda no Brasil: atravessa o limite internacional, deixando para trás um sistema educacional de parcas condições (materiais), dirige-se para uma escola brasileira, com um sistema educacional voltado para alunos brasileiros, se “denuncia” pela voz⁸, e nesse movimento se depara com várias situações fronteiras – o colega é o “outro”; o conteúdo de ensino é “outro”, com uma História contada de “outra” forma⁹; e principalmente a língua é “outra”. (em aproximação a Goettert, 2013)

Poderíamos, ainda, desdobrar outras análises sobre as relações de fronteira que se estabelecem nesses espaços urbanos no limite internacional, na escala da cidade, por exemplo: o centro de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero de um lado, e as periferias das duas cidades de outro; os “pobres” que concentram-se em bairros periféricos de Ponta Porã, em contraposição aos bairros dos mais “abastados” da cidade; na escala dos sujeitos: os Guarani-Kaiowá que tecem territorialidades dos dois lados do limite internacional, desterritorializados que estão dos dois lados pelo avanço da fronteira agrícola brasileira; os moradores de rua, que confundem nossas significações (são brasileiros, paraguaios, ou indígenas?), que estabelecem suas territorialidades nas praças e ruas, uma das únicas porções espaciais ao qual a fronteira da propriedade privada

⁷ As menções sem autores sobre as relações socioespaciais, ou os elementos que compõe o espaço urbano de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, são baseadas em observações feitas durante a aula de campo (realizada na disciplina “Fronteira, Território e Migrações”, em Julho 2013), conduzida pelo Prof. Dr. Jones Dari Goettert, nas respectivas cidades.

⁸ GOETTERT, 2013.

⁹ A Guerra do Paraguai (1864-1870), conflito que marcou as relações entre os dois países envolvendo também a Argentina e o Uruguai, é contada mostrando o Paraguai como um país de ‘caudilhos’, destacando também o personagem brasileiro como herói. (Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*.2007.

ainda não cerceou. E não se esgota por aí. Mas, doravante, passemos às considerações sobre outra situação espacial: a cidade média de Dourados-MS.

A NOÇÃO DE “LIMITES NO CENTRO” - SUL DO MATO GROSSO DO SUL: FRONTEIRAS NA CIDADE DE DOURADOS

Continuando nossa proposta dialógica, ou seja, comparar duas situações – no nosso caso, duas, na verdade, três cidades, Ponta Porã/Pedro Juan Caballeiro e Dourados – passemos, doravante, a tecer considerações sobre uma cidade localizada não muito distante da divisa internacional, estando incluída dentro da faixa de fronteira (150 km de largura com relação à divisa do Brasil com países vizinhos¹⁰), mas que elencamos, para ponderar sobre “outras margens” agora mais afastadas da “grande margem”. Afinal, a fronteira não se resume ao limite entre dois territórios nacionais.

Dourados-MS é considerada uma cidade média, ou seja, um centro urbano que apresenta número considerável de interações espaciais com as cidades de menor porte de seu entorno, e também, uma gama significativa de relações com outras cidades descontínuas à sua região zonal¹¹. As articulações estabelecem-se pelo fato de Dourados conter atividades mais complexas de serviços (públicos e privados) e comércios, polarizando, na rede urbana, uma série de cidades (CALIXTO, 2013). O papel regional da cidade média na dimensão produtiva também merece destaque, ligando-se a outras escalas espaciais – no caso de Dourados inserida regionalmente como polo técnico-científico para a produção de *commodities* exportando-as para o exterior.

Adiantemos que, como se trata de uma cidade média, constituída/atravessada por uma gama de relações sociais (políticas, econômicas, culturais...), seu espaço urbano apresenta complexidades de relações e, portanto, de fronteiras, marcadas por encontros, desencontros, afastamentos, aproximações, imbricações... Tentar dar conta dessas complexidades de relações que se desenrolam no espaço urbano de Dourados está longe de nossas pretensões, mas pontuaremos algumas

¹⁰ MACHADO *et al* (2005)

¹¹ Uma rede de relações descontínuas no espaço, mas com um elemento em comum, que seria a polarização exercida por Dourados-MS, nos lembra a ideia de uma “rede regional”, um conceito híbrido, apontado/utilizado por Haesbaert (2010a).

fronteiras, tomando como exemplo, assim como no caso de Ponta Porã/Pedro Juan Caballero, o papel de alguns agentes sociais na/da cidade.

Dos agentes sociais que compõem/produzem a cidade, dediquemo-nos, inicialmente, a tecer linhas sobre aqueles que detêm maior poder aquisitivo. Tais agentes, pela sua condição econômica, estabelecem-se nas localidades da cidade que lhes aprouver, geralmente, em porções do espaço urbano mais bem servidos por infraestruturas, nas áreas centrais das cidades, em condomínios de alto padrão, onde o valor da terra urbana é mais elevado, onde enfim, estabelecem-se aqueles que lhes são “iguais” (na condição de renda). Temos aqui um primeiro parâmetro de significação/identificação: a condição de renda. Se a condição de renda nos permite “agrupar” os que detêm maior poder aquisitivo, logo podemos pensar nos “seus outros”, os que estão fora, ou se preferir na margem (fronteira) desse grupo de agentes.

Assim, podemos nos aproximar de uma noção de fronteira definida pela condição de renda, entre os detentores de maior poder aquisitivo e os que detêm menores condições socioeconômicas. Espacializando tais agentes na cidade de Dourados-MS, grosso modo¹², os que detêm maior poder aquisitivo estabelecem-se, principalmente (mas não totalmente), na “porção Norte” da cidade (em aproximação a Silva, 2012).

Definimos “porção Norte” tomando como linha/limite, também grosso modo, a Av. Marcelino Pires (corta a cidade de um lado a outro, ou melhor, de leste a oeste). Como os que detêm maior poder aquisitivo estabelecem-se no “Norte”, seus “outros”, novamente, reforçemos, grosso modo, estabelecem-se na “porção Sul” da cidade. De fato, não podemos pensar o espaço urbano de Dourados generalizando suas porções, podemos, todavia, apenas tecer aproximações quanto a sua complexidade espacial.

Queiroz (2014) em sua análise da desigualdade socioespacial na cidade de Dourados, com foco para a questão da moradia, apresenta uma espacialização interessante dos detentores de maior poder aquisitivo e seus “outros” (de menor poder aquisitivo) no espaço urbano de Dourados. Trabalhando com dados do IBGE, sobre os

¹² Não há como fazer generalizações, diante da existência de loteamentos sociais, também na “porção Norte” da cidade, destinados àqueles de menor poder aquisitivo. Cf: SILVA, Valéria. Sob a perspectiva do novo: um olhar sobre a dinâmica intraurbana de Dourados-MS. 2012.

chefes de família com rendimento superior a 20 salários mínimos, fica fácil observar que se concentram na porção Norte da cidade, enquanto que seus “outros” situam-se majoritariamente na porção Sul. (Cf. QUEIROZ, 2014)

A propriedade privada, norma jurídica por meio da qual no sistema capitalista o valor de uso da terra (rural e urbana) foi subordinado ao valor de troca, tornando-a uma mercadoria¹³, estabelece-se como uma fronteira, que mesmo imaterial, se impõe como limite ao uso do espaço e, conseqüentemente, à realização da vida (em aproximação a Calixto, 2009). Tal limite, a propriedade privada, apenas transposto pelo poder de compra/aquisição, que para muitos não é suficiente para dispor de um direito de uso sobre um imóvel (predial ou territorial), cerceia as opções/escolhas dos pobres na cidade. Estes, geralmente, se estabelecem nas periferias precárias da cidade, onde o preço do imóvel é mais acessível, em razão da carência de serviços públicos coletivos. Aqueles que não conseguem sequer a aquisição de um terreno na periferia ou uma casa em um conjunto habitacional recorrem às ocupações como meio de garantir sua reprodução socioespacial. Em 2007, por exemplo, havia em Dourados 18 áreas de ocupação irregular (CALIXTO, 2009), enquanto que sete anos depois esse número salta para 24 áreas favelizadas de acordo com Queiroz (2014), ocorrendo um aprofundamento dessa questão na cidade.

Em relação aos moradores dessas áreas, Queiroz enfatiza

Os ocupantes dessas áreas, embora estejam na cidade fisicamente, não têm seus direitos assegurados. Assim, encontram-se às margens, em situação precária, dentro de barracos de lona de materiais híbridos, sem a mínima condição de segurança e higiene, restringindo o acesso aos serviços públicos, como lazer, cultura, saúde e educação. (2014, p. 55)

Encontrar-se às margens, mesmo longe da grande margem (lembrando novamente de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero), no centro, ou melhor, em um centro urbano regional como Dourados, é uma situação de fronteira, aqui num sentido socioeconômico – e também socioespacial – onde esses agentes de menor poder aquisitivo tem acesso limitado à cidade.

¹³ A terra adquire *status* de mercadoria, no Brasil, a partir de 1850, quando passa a vigorar a Lei de Terras. (em aproximação a MARTINS, 1997)

Os múltiplos territórios¹⁴ da cidade – um espaço mercadoria, assevera Carlos (2007) – estão acessíveis a uma parcela “privilegiada” da sociedade. Neste sentido, o uso do espaço, agora não só para habitação como mostramos acima, é mediado por relações mercadológicas, deste modo, muitos dos lugares na/da cidade adquirem um valor também, e se estabelecem como “fronteiras” ao uso do espaço. Tornemos a Calixto, quando a autora se refere às práticas socioespaciais daqueles que moram em áreas de ocupação irregular em Dourados:

De forma geral, não costumam frequentar o shopping da cidade, teatro ou cinema. Nessa rede de relações, a diversão, ou o lazer dos moradores/ocupantes é realizado no próprio local, onde compartilham o tereré e, quando possível, uma cerveja, ouvem música e vivenciam, no lugar, situações de amizade e solidariedade. Neste sentido, a vida se reproduz reproduzindo a diferença e o distanciamento, uma vez que os ocupantes da área não compartilham, com os demais habitantes da cidade, o mesmo território urbano ou a mesma concepção de cidade. (2009, p. 5)

Mas a fronteira da propriedade privada (imaterial, como procuramos mostrar), ou dos usos do espaço, se materializa nos muros da cidade, seja para precisar um limite, seja para afastar o “outro”, ganhando a conotação de limite.

A fronteira, ao longo da história, pretendeu desenhar uma imagem de pedra e precisão: os muros são o seu símbolo, com toda a sua concretude. Entretanto, apesar da imagem de intransponibilidade, os muros são apenas camuflagens [...] trata-se, paradoxalmente, de um ambiente dissimulado de integração (porque erguido na relação), transgressor, que pretende se apresentar como obstáculo. (HISSA, 2002, p. 40)

Haesbaert (2010b) ao discutir a ideia de contenção territorial nos tempos de “insegurança” que estamos vivenciando, refere-se ao processo de estabelecimento de limites nas escalas internacionais, regionais e do interior das cidades. A contenção

¹⁴ Em aproximação a HAESBAERT, 2004.

territorial na escala intraurbana materializa-se na produção dos condomínios fechados. Estes representam “verdadeiros limites/barreiras”, territórios dentro da cidade criados com a ideia de “segurança”, para afastar-se da presença do “outro” – aqui o pobre estereotipado pela visão de marginal (aqueles que estão na margem), o delinquente, o criminoso. A negação da presença do “outro”, materializa-se nesses “territórios fechados”, alguns em áreas afastadas do centro, próximos à “natureza”, longe da turbulência e do “incômodo”. Haesbaert acrescenta:

Neste caso seria ainda mais adequado falar de limites do que propriamente de fronteiras, e não se trata exatamente de “contenção” territorial de grupos subalternos, mas de uma “auto-contenção” (protegida) dos grupos hegemônicos. O caso mais conhecido é o padrão das comunidades muradas, *gated communities* ou “condomínios fechados”, típico das sociedades norte e latino-americanas. Como contraponto da contenção implantada nas favelas – cujo exemplo mais extremo é hoje a proposta de muros para as favelas do Rio de Janeiro – temos aí, brincando como termo “Alphaville”, que forma uma das redes mais famosas de condomínios fechados no Brasil, uma “alphavelização” da classe média alta. (2010b, p. 5)

A “auto-contenção” (protegida), que o autor se refere, iniciou-se em Dourados em 2008, quando do lançamento do primeiro “condomínio fechado” da cidade, Ecoville¹⁵. Os limites aqui, aproximando-nos novamente das considerações de Hissa (2002), representando afastamento, pois distantes do centro e das áreas centrais da cidade, se materializam também nos muros destas construções/contenções, em cercas elétricas, câmeras de vigilância, etc. Embarcando na pilhéria de Haesbaert, a “alphavelização” da classe média alta, se torna cada vez mais comum em Dourados: no ano de 2013, por exemplo, foi implantado um novo projeto, da Alphaville, distante da “balbúrdia urbana”, do risco de “violência”, assegurando, também, a “homogeneidade” da vizinhança, o potencial de valorização do imóvel (instalado na porção tida como área

¹⁵ SILVA, 2012.

de expansão urbana de Dourados), a facilidade de acesso ao centro da cidade (pois na margem de uma avenida).

Figueiredo e Calixto (2015), em sua análise da insegurança urbana na cidade de Dourados, dedicam-se à discussão da produção desses espaços de “auto-conteção”/autossegregação:

Em Dourados, essa lógica de produção da cidade é recente, sendo o primeiro empreendimento fechado lançado em 2008, o EcoVille Dourados. Outros empreendimentos como o Golden Park Residence (2008), o Terras Alphaville Dourados (2013), o Green Park (2014) e o Porto Madero Residence e Resort (2014), mostram como uma nova dinâmica, orientada por interesses de proprietários, incorporadores e do próprio Estado para consolidação destes empreendimentos, que passam a representar uma forma de apropriação diferenciada no interior da cidade. (FIGUEIREDO; CALIXTO 2015, p. 418-419)

Nessa lógica recente da produção do espaço urbano de Dourados, dialogando novamente com Haesbaert (2010b), muito mais que uma ideia de fronteira, que pressupõe uma relação/contato, os condomínios fechados de alto padrão se impõem como limites para aqueles que estão fora e “auto-limites” para os que estão dentro. Nesses espaços de autossegregação, que contém vários serviços urbanos, há um rompimento das relações com o restante da cidade, onde os que estão dentro não precisam sair para reproduzir boa parte de suas relações socioespaciais.

Entretanto, como a nos provocar a pensar que a noção de limite e fronteira se complementam e são interdependentes, ou seja, não podemos dissociá-las, voltemos a Figueiredo e Calixto, onde os autores trazem um exemplo interessante:

Em nosso local de pesquisa, a presença do Ecoville Dourados – residence e resort revela uma dinâmica pertinente de ser averiguada com atenção, pois o mesmo está localizado ao lado da maior reserva indígena urbana do país, que agrega as denominadas aldeias Jaguapiru e Bororó. Logo, ao mesmo tempo em que as pessoas visam não ter o contato com essa população tradicional, a realidade de violência (contra os povos

indígenas) “bate à sua porta” diariamente, mostrando a voracidade das desigualdades socioespaciais.

Não raro, esses mesmos indígenas prestam serviços domésticos e de jardinagem para os moradores destes residenciais, e que para ter acesso a este ambiente eles têm de provar que não possuem antecedentes criminais, exigência que com certeza não é solicitada a engenheiros, e arquitetos. (2015, p. 423-424)

As relações de fronteira persistem e acontecem no interior dos condomínios fechados de alto padrão. Agora uma fronteira étnica, do indígena com os autossegregados, do “selvagem” com o “civilizado”. Na condição de prestadores de serviços, os indígenas ultrapassam os muros dos que se “auto-limitam” e entram em relação com seus “outros”, estabelecendo uma relação de fronteira, que pode ser marcada pela tensão, desconfiança e/ou mesmo discriminação.

Nesse escopo, para além das fronteiras (e seus limites) de dimensões socioeconômicas apontadas – que carregam também uma significação cultural¹⁶ –, encaminhando-nos para o final desse ensaio, gostaríamos de articular alguns argumentos sobre essas margens de dimensão simbólica de cunho étnico-cultural. Cabe ponderar, entretanto, que as questões levantadas a seguir, por si só, abrem um debate teórico-conceitual extenso que não temos a pretensão de esgotar. Todavia, consideramos importante levantar alguns pontos sobre a questão indígena e suas fronteiras, mesmo que de forma superficial, sobretudo por estarem imbricadas com as dinâmicas socioespaciais da cidade de Dourados.

Tentamos identificar as “diferenciações” espaciais, ou melhor, as diferenças nas formas de acesso e uso do espaço urbano de Dourados, baseando-nos numa visão relacional dos diferentes agentes que vivem/produzem a cidade. Buscamos, assim, verificar as relações de fronteiras – pois se deparam com limites, mas são dialógicas (uma só existe em/com relação à outra) –, comparando os agentes de determinadas porções territoriais da cidade em relação a outros. Se passarmos da escala dos bairros para a escala da cidade como um todo, em relação ao seu entorno (próximo),

¹⁶ O pobre de Dourados pode ser o habitante da periferia ou dos bairros menos privilegiados, de origem brasileira ou mesmo paraguaia (em decorrência das migrações), mas também pode ser o indígena Guarani-Kaiowá que mora ou migra diariamente para a cidade.

verificaremos outra característica que confere singularidade às relações espaciais (sociais, culturais e econômicas) que se dão em Dourados-MS. Referimo-nos à localização da Reserva Indígena de Dourados (Jaguapiru e Bororó, com maior número de indígenas Guarani-Kaiowá), contínua/zonal ao espaço urbano da cidade.

O “outro” já não é mais o morador de outro bairro, ou de outra porção territorial da cidade, o “outro” (por isso a ótica noutra escala) é aquele “de fora” da cidade, ou melhor, de fora de uma pretensa etnia homogênea. Se antes poderíamos falar de “pobres” de um lado e “ricos” de outro, agora, esses dois se deparam com outro “outro” diante de uma fronteira étnica¹⁷. Goettert, dialogando com as ideias de Nobert Elias, trabalhada as significações estabelecidos/*outsiders*¹⁸ – concepção importante para analisarmos situações de fronteira – e pondera:

[...] toda relação estabelecidos/*outsiders* se constitui como a materialização “total” das partes em contraponto, em fronteiras étnicas específicas. Inevitavelmente, é de se considerar que todo grupo étnico (ou grupo cultural), ao elaborar-se solidariamente como “Nós”, também, direta ou indiretamente, ou já elabora o “Eles” (o Outro) ou parametriza os elementos para a distinção. (GOETTERT, 2012, p. 224)

No espaço urbano de Dourados, em razão da proximidade com a Reserva Indígena, a presença do “outro” se faz de modo, podemos dizer, constante. Não raro, observamos os indígenas transitando pelas ruas da cidade e frequentando estabelecimentos comerciais (raramente o Shopping). Os motivos que levam a esta migração cotidiana (movimento pendular) decorrem de necessidades variadas (ligadas às práticas socioculturais que nos escapam). Mas precedem, em muito, o período atual. Não sendo nossa pretensão abordar a formação territorial desta porção do Estado Mato Grosso do Sul, podemos resumir que: o avanço da frente de expansão de cunho populacional – visando ocupação territorial – num primeiro momento (desde a “marcha” dos bandeirantes ao interior no século XVII, consolidando-se com a “Marcha

¹⁷ . Em aproximação a GOETTERT, 2012.

¹⁸ Significações elaboradas nos processos civilizadores. Os estabelecidos seriam os grupos, ou os indivíduos do grupo que estão *dentro* de uma pretensa normalidade na lógica de produção vigente, o Capitalismo. Se encontram dentro/estabelecidos mediante o trabalho e a acumulação. Quem não trabalha, não consome, não produz, e não acumula é condicionado a posição de *outsider*. (GOETTERT, 2012)

par Oeste” durante Estado Novo¹⁹, no segundo quartel do século XX), e, num segundo momento (a partir do terceiro quartel do século XX), mais grave, o avanço da frente de expansão de cunho econômico – estabelecimento de latifúndios agrícolas e pecuaristas – entraram em choque com os territórios já estabelecidos dos indígenas, relegando-os a um processo de desterritorialização, com agravos que se verifica até o período atual.

A precarização de suas condições de existência, devido ao processo de desterritorialização, pela perda/“des-envolvimento” de suas práticas sociais e culturais, tentando, mesmo que escassamente, reproduzir sua existência num espaço delimitado como a Reserva, leva os indígenas a migrarem para a cidade. Frequentam determinados territórios da cidade, marcando, por meio da presença, relações de alteridades. As fronteiras étnicas se estabelecem por sua presença nas ruas, nas lojas (mais baratas), na porta da casa de uma “potencial ajuda”, nas (e aí a face extrema de sua precariedade espacial, ou, dos limites que lhes são impostos no âmbito da sociedade capitalista) latas/cestos/caçambas de lixo.

Martins traz importantes reflexões a respeito da condição social na fronteira, que nos ajudam a tecer reflexões sobre os Guarani-Kaiowá citados acima:

[...] a figura central e sociologicamente reveladora da realidade social da fronteira [...] é a *vítima*. É na categoria e na condição de vítima que podem ser encontradas duas características essenciais da constituição do humano, suas fragilidades e dificuldades, numa sociabilidade que parece *nova* [...] Refiro-me à alteridade e à particular visibilidade do *Outro*, daquele que ainda não se confunde conosco nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivo do *Nós*. Refiro-me, também, à liminaridade própria dessa situação, a um modo de viver no limite, na fronteira, e às ambiguidades que dela decorrem. (1997, p. 12, grifo do autor)

¹⁹ A criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados pode ser considerada um dos pontos altos da Marcha para Oeste, durante o governo Vargas.

Ora, o que melhor para ilustrar este quadro de *vítima*, a que o autor faz alusão, que as condições precárias²⁰ de suas relações socioculturais no espaço urbano da cidade? Um exemplo, dentre os já citados, pode ser extraído no espaço singular e múltiplo da Feira Livre que se estabelece sazonalmente (todos os sábados e domingos) na Rua Cuiabá²¹. Lá, um território de compras, negociações, conversas, encontros, desencontros... a presença do “outro” é corrente. Nos horários de almoço, não raro, vemos crianças Guarani-Kaiowá “pedindo” um prato de comida, geralmente, as sobras de seus “outros”. A melancolia do “fim da Feira” – seu desmonte – é marcada por pedidos e mais pedidos de parte dos produtos (restantes) nas barracas, também, e mais fortemente, pela imagem da criança dentro de uma caçamba de lixo em busca dos subprodutos de nossa “organizada/normativa/normatizada/civilizada” sociedade²².

Misuzaki salienta este ponto ao afirmar:

Em relação aos indígenas, estes desterritorializados e sem condições de realizarem o seu modo de ser (o tekoha), a única Geografia que a sociedade capitalista lhes conferiu foi a Geografia (des)humana, ou seja, uma situação ou condição que só lhes dá acesso aos subprodutos dessa sociedade: a procura de alimentos nos lixos das cidades; o pedido de comida nas casas, “o pão velho” (conforme já havia denunciado através da poesia, o poeta douradense Emmanuel Marinho); a peonagem nas destilarias de álcool; o alcoolismo; o suicídio. (2005, p. 90)

Num exercício imaginativo, encaminhando-nos para as considerações finais, pensemos nos indígenas e suas situações de fronteira. Imaginemos suas possíveis territorialidades cotidianas da Reserva à cidade: saindo da Reserva Indígena, o Guarani-Kaiowá deixa “seu território” dirigindo-se à cidade entra em “outro território”, urbano; sai do limite da Reserva e ultrapassa o limite do perímetro urbano (não é fácil de precisar esse limite); transita pela cidade numa carroça, dividindo com carros, às vezes de luxo, o trânsito da rua (aqui poderíamos ver uma fronteira entre o “tradicional” de

²⁰ Às vezes, precariedade se desdobra numa arte de viver no limite, que revela-se no sorriso da criança indígena, mesmo no ato de dirigir-se ao seu “outro” para pedir um prato de comida. (Situação observada na Feira Livre da Rua Cuiabá de Dourados, no horário de almoço, no dia 20-07-14)

²¹ Atualmente a feira ocorre na Rua Cafelândia.

²² Situação observada, num passeio pela Feira Livre, no dia 20-07-14.

um lado, e o “moderno” de outro), numa condição panóptica, onde observa, mas principalmente é observado²³; dirige-se a um bairro onde estão os que detêm maior poder aquisitivo (“porção Norte” da cidade, talvez), para pedir algum mantimento; bate na porta da casa de um dos moradores da localidade; ao abrir a porta estabelece-se a relação de fronteira e os limites/sinais de diferenciação são evocados: aparência, língua, modo de vida, etnia...; na relação a surpresa: de um lado da porta (de fora) um indígena (o vagabundo, vadio, atrasado, selvagem²⁴), do outro (de dentro) um fazendeiro (o pioneiro, desbravador, trabalhador, civilizado). A presença do “outro”, longe de se revelar como limite/distanciamento ou mesmo negação (temporal ou espacial), desdobra-se na complexa e irreduzível coetaneidade espacial²⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A borda é pior que o lençol” cita Raffestin (2005) um provérbio francês. Pensar, conforme nos propomos, as fronteiras na cidade nos levou a considerar essas duas situações: uma cidade na ‘borda’ deste lençol territorial denominado Mato Grosso do Sul, e outra no ‘centro’-sul do lençol. Mas, o que se verificou é que este lençol é permeado de “rasgos” e outras bordas se fazem em diversas porções do mesmo.

Para além da divisa entre Estados-Nação verificamos que a fronteira se depreende numa série de situações. No caso de Ponta Porã/Pedro Juan Caballero, como tentamos demonstrar, os limites se estabelecem de diversos modos. Ali, o principal elemento de diferenciação, sem dúvida é a proximidade com o outro lado, mas se considerarmos, cada agente social, cada grupo, com suas significações, com suas características sociais (políticas, culturais ou econômicas), ao entrar em contato com outro agente, com significações diferentes/divergentes da sua, entra/estabelece uma relação de fronteira: de gênero, religião, classe social, cultura, identidade... Desse modo, a fronteira se revela numa multiplicidade de acontecimentos, encontros/desencontros, quebras/fraturas, compondo a complexidade, que pretensamente queremos descrever/explicar.

²³ Em aproximação a GOETTERT, 2012.

²⁴ Os *outsiders*, aqui, os indígenas, são taxados pelo grupo estabelecido por uma série de significações, não raro, pejorativas. Significações que servem não só como elemento de distinção binária/reducionista, mas, sobretudo, para fortalecer a posição/discurso dos estabelecidos. (GOETTERT, 2012)

²⁵ Em aproximação a MASSEY, 2013.

Pensar as “margens no centro” se mostrava, de início, aparentemente, um desafio analítico. Porém o desafio de falar das “margens fora da grande margem” se mostrou complexo, não pela falta/dificuldade de apreensões de situações de fronteira, desdobrou-se, todavia, num desafio a partir do momento que tentamos pôr um ‘limite’ ao que queríamos descrever/explicar. A dificuldade de síntese de relações tão complexas, que é a cidade média de Dourados-MS, nos mostra a multiplicidade de relações que produzem, são condicionadas e se dão no espaço urbano.

Concordando com o provérbio, de fato, se mudarmos a escala de análise do lençol território-nacional, para outros lençóis (cidade, bairro, sujeito), verificaremos que as bordas são as piores porções dos lençóis, em outros termos, nas relações nas bordas os contatos são mais conflitivos, como demonstra Martins (1997). Metaforicamente, poderíamos, ainda, pensar o lençol como o conjunto signos e valores pelo qual nos cobrimos, para protegermo-nos na relação com o “outro”. Carregamos, em nossas trajetórias esse “lençol”, e deparamo-nos com outras trajetórias com “seus lençóis” compondo a multiplicidade da coetaneidade espacial²⁶, onde vemos/notamos que é “[...] no fim que está propriamente o começo”²⁷.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia*. São Paulo: Cortez, 2007. p.17-88.
- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.
- BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro; ROMERO, Arnaldo. Culto aos mortos na fronteira entre Brasil e Paraguai: os rituais da Sexta-Feira Santa em Pedro Juan Caballero. In OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Territórios sem limites: estudos sobre fronteira*. Campo Grande, UFMS, 2005.
- CALIXTO, Maria José Martinelli da Silva. O processo de consolidação da centralidade de Dourados-MS na rede urbana: uma contribuição para a análise de uma cidade média. In: *XI Workshop da Rede Pesquisadores sobre cidades médias – ReCiMe*. Dourados-MS. 2013.

²⁶ MASSEY, 2013.

²⁷ MARTINS, 1997, p. 203.

_____. *Repensando as fronteiras da cidade: um olhar sobre as áreas de ocupação irregular em Dourados-MS*. 2009. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/30.pdf>> Acesso em: 20/07/2014.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

FIGUEIREDO, Cássio Alexandre Sarti; CALIXTO, Maria José Martinelli da Silva. Considerações sobre a insegurança urbana em Dourados-MS. In: XI ENANPEGE - Encontro nacional da ANPEGE, 2015, Presidente Prudente - SP. *Anais do XI Encontro nacional da ANPEGE*, 2015. p. 414-425.

GOETTER, Jones Dari. Fronteiras na fronteira: espaços híbridos e escalas (considerações breves). In: XXI Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos e V Encontro Regional de Geo-grafia, 2013, Dourados. *Anais...* Dourados, 2013.

_____. Processo civilizador, fronteiras e figurações estabelecidos/outsidiers. In: SARAT, Magda; SANTOS, Reinado dos (orgs). *Sobre processos civilizadores: diálogos com Norbert Elias*. Dourados: Ed. UFGD, 2012. p. 219-243.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

_____. Território, in-segurança e risco em tempos de contenção territorial. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A.; VAINER, C.; SANTOS, M. (org.) *A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond. 2010b. p. 537-557.

_____. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterri-torialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HISSA, Cássio. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

MACHADO, Lia; HAESBAERT, Rogério; RIBEIRO, Leticia; STEIMAN, Rebeca; PEITER, Paulo; NOVAES, André. O desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Territórios sem limites: estudos sobre fronteira*. Campo Grande, UFMS, 2005.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outros nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MIZUSAKI, Márcia Yukari. Mato Grosso do Sul: impasses e perspectivas no campo. In: *Terra Livre*. Goiânia, n. 25, v. 2, p. 81-93, jul./dez. 2005.

MONDARDO, Marcos Leandro. Da estratégia de contenção territorial à produção de mult/transterritorialidades de trânsito na fronteira entre Brasil e Paraguai. In: XXI Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos e V Encontro Regional de Geografia, 2013, Dourados. *Anais...* Dourados, 2013.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico-práticos. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (Org.). *Território sem limi-tes: estudos sobre fronteiras*. Campo Grande: EdUFMS, 2005. p.377-408.

QUEIROZ, Francisco da Silva. As contradições socioespaciais de uma cidade média – Dourados-MS. In: QUEIROZ, Francisco da Silva. *Análise das desigualdades socioespaciais na distribuição da moradia em Dourados-MS: apontamentos para a análise de uma cidade média*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas/ Universidade Federal da Grande Dourados, 2014. cap. 2.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. *Territórios sem limites: estudos sobre fronteira*. Campo Grande, UFMS, 2005.

_____. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SILVA, Valéria Ferreira da. Sob a perspectiva do novo: um olhar sobre a dinâmica intraurbana de Dourados-MS e seu processo de urbanização. In: *Caderno prudentino de Geografia*. Presidente Prudente, n. 34, v. 2, p. 97-119, ago./dez. 2012.

Recebido para publicação em abril de 2019

Aceito para publicação em julho de 2019